

Os Movimentos Populares no Brasil e sua relação com a Educomunicação¹

Anderson Luiz MOREIRA²
Rosa Maria Cardoso DALLA COSTA³
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Considerando que a educomunicação surge a partir dos movimentos populares e organizações sociais da América Latina, este trabalho se propõe a discutir de que forma a relação entre os movimentos e a educomunicação se estabelece, utilizando como exemplo as ações do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Partimos de uma definição conceitual e um breve histórico dos movimentos populares no Brasil e, posteriormente, apontamos aspectos em comum entre as ações dos movimentos na interface comunicação/educação e as áreas da educomunicação apresentadas por Ismar de Oliveira Soares (2011).

Palavras-chave

Comunicação; Educação; Movimentos Populares; Educomunicação.

Introdução

A história dos movimentos populares brasileiros se confunde com a própria história do Brasil⁴. Desde a chegada dos portugueses houve diversas mobilizações organizadas pelas elites ou pelas classes populares. No artigo “Comunicação e Educação nos Movimentos Populares no Brasil: a perspectiva da Educação Popular”⁵ apresentamos um panorama histórico dos movimentos populares, cujas raízes estão nas primeiras manifestações realizadas a partir do século XVI. Podemos citar dois exemplos

¹ Trabalho apresentado no III Encontro de Pesquisa em Comunicação, evento promovido pelo Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Sociedade da UFPR, e-mail: andersonlmoreira@yahoo.com.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação da UFPR e coordenadora do PPGCOM, e-mail: rmdcosta@uol.com.br.

⁴ Entendemos aqui como “história do Brasil” aquela contada nos livros e ensinada nas escolas, que leva em consideração a chegada dos portugueses em 1500. Não desconsideramos, entretanto, que há uma história do Brasil anterior a este período, descrita principalmente nas descobertas arqueológicas e na tradição dos povos indígenas remanescentes.

⁵ MOREIRA, Anderson Luiz. **Comunicação e Educação nos Movimentos Populares no Brasil: a Perspectiva da Educação Popular**.

de mobilizações populares do “Brasil Colônia”: a Confederação dos Tamoios (1554-67) e o Quilombo de Palmares (1690-95). Desde então várias outras importantes mobilizações foram acontecendo e diversos movimentos populares surgiram.

A história dos movimentos populares ganhou maior significado com a constatação que a educomunicação surge a partir dos movimentos populares da América Latina. A respeito disso, Citelli (2000, p. 152) afirma que

na América Latina (...) a implantação de projetos na área da educação para a comunicação tornou-se importante desafio, ganhando propriedades segundo requisitos impostos pelas realidades de cada região. De modo geral, entre o final dos anos 60 e início dos 70, os projetos educadores para a comunicação implementados no continente diziam mais respeito à escolaridade não-formal e se vinculavam a trabalhos realizados junto às camadas populares e adultas.

De acordo com Soares (1999, p. 25) foi a “sociedade civil que por primeiro despertou-se para o problema [da relação comunicação/educação], especialmente através das Organizações não Governamentais em seus programas de promoção e defesa da cidadania.”

Mais do que desenvolver projetos de educação para a comunicação

os grupos militantes e comunitários (o "terceiro setor") trabalham diretamente na organização e na oferta de cursos; trabalham por meio de pressões diversas sobre os setores públicos responsáveis por legislação, regulamentações, controles e estímulos ao sistema educacional; agem ainda por divulgação (e/ou propaganda) de perspectivas e metas; e finalmente se desenvolvem também por penetração nas estruturas públicas para direcioná-las segundo suas perspectivas. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 42)

E foi assim, a partir de sua atuação na interface comunicação/educação, que os movimentos populares contribuíram e continuam contribuindo para a consolidação do campo da educomunicação. Neste trabalho queremos contribuir para a reflexão acerca desta interação entre os movimentos populares e a educomunicação, partindo das ações realizadas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), criado no início dos anos 1990.

1 Movimentos Populares no Brasil: conceito e histórico

Os movimentos populares estão inseridos no contexto maior dos *movimentos sociais*, que podem ser definidos como

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2003, p. 13)

Gohn (2003, p. 14) e Camacho (1987, p. 217) ressaltam que além dos movimentos reivindicatórios, interessados em representar os interesses do povo, existem também aqueles que são conservadores, que reúnem setores do regime capitalista e não desejam mudanças sociais emancipatórias, não têm interesse em transformar as estruturas de dominação.

Em síntese,

os movimentos sociais têm duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses de grupos hegemônicos, e, por outro lado, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os movimentos sociais do segundo tipo são os que conhecemos como movimentos populares. (CAMACHO, 1987, p. 217-218)

Os movimentos populares

surgem tanto pelas condições objetivas de espoliação das classes subalternas quanto pelo crescimento da compreensão popular das condições imediatas de existência, compreensões da necessidade de articulação coletivas para se ter força nas reivindicações, pelo momento político mais amplo de abertura e pelo respaldo encontrado na sociedade civil por parte de instituições desfrutadoras de credibilidade social. (PERUZZO, 2003)

Na história mais recente, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, vários movimentos e organizações populares foram sendo constituídos, além da ampliação dos que já existiam. Surgiram movimentos por moradia, saneamento, associações, uniões e federações comunitárias de bairros, cooperativas de produção e

consumo, entre inúmeros outros. Também nesta época, no ano de 1980, era fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), com raízes nos movimentos sindical e popular.

No período da redemocratização do país, em meados de 1980, os movimentos sociais realizaram grandes manifestações exigindo “Diretas Já”⁶. Nessa década os movimentos populares reuniram suas bases para discutir a Assembleia Constituinte, propor artigos, debater os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Surgiram as Centrais Sindicais (Conclat, CGT, CUT, Força Sindical), as entidades organizativas amplas do movimento popular (Anampos, Conam, Pró-Central dos Movimentos Populares), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros.

Nos anos 1990, segundo Gohn (2001, p. 127-128), o cenário das lutas sociais no Brasil foi novamente redefinido. Os movimentos de 1970 e 1980 sofrem mudanças substanciais e alguns deles entram em crise “de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população.” Outros movimentos sociais, centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana, começam a surgir, alguns deles a partir de instituições e organizações de espectro plural ou de figuras carismáticas (ex.: Betinho, na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, Pela Vida). É importante destacar que as mobilizações coletivas desta década “partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como ‘Campanhas’ do que como movimentos sociais.” (GOHN, 2001, p. 128)

Foi também neste contexto histórico dos movimentos populares no Brasil que várias organizações sociais (ONGs) acabaram surgindo e passaram a atuar na articulação com os movimentos, inclusive nas ações de comunicação e educação. Peruzzo (1998, p. 46) afirma que estas organizações são “animadoras e fermentadoras de grupos sociais e sindicais”. Entre os níveis de atuação estão, segundo ela, a conscientização, o assessoramento jurídico e político, a articulação e a formação.

Em Moreira (2011) afirmamos que tanto os movimentos populares quanto as organizações sociais articuladas com eles, especialmente a partir do golpe de 1964, mantinham estreita relação com a interface comunicação/educação, tendo como alguns de seus objetivos produzirem materiais de formação e capacitar suas lideranças.

É importante destacar que

⁶ Movimento que, em 1984, mobilizou o país para exigir a imediata eleição direta para presidente da República.

ainda que os movimentos populares e as organizações sociais de apoio não falem explicitamente numa relação entre comunicação e educação, suas práticas mostram que ela de fato existe, especialmente sob a temática da educação popular. (MOREIRA, 2011, p. 13)

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais, outros grupos/movimentos e o educador Paulo Freire, inspirados na Teologia da Libertação, serviram de referencial para que os movimentos populares adotassem a educação popular, conforme afirma Souza (2003, p. 20):

A consolidação da Educação Popular se dá então com a emergência dos Movimentos Sociais que se organizam a partir da luta contra a ditadura militar, com uma contribuição fundamental das Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teologia da Libertação. Neste sentido a EP foi impulsionadora dos processos de reorganização popular e, ao mesmo tempo, resultante deles, acabando por se consolidar como prática pedagógica dos próprios movimentos.

Exilado no Chile logo no início do regime militar, Paulo Freire escreveu o livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual traz uma grande contribuição para a reflexão acerca da existência da inter-relação comunicação/educação, ao afirmar que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p. 68-69).

2 Movimentos Populares na perspectiva da Educomunicação

Como dissemos anteriormente, a interface comunicação/educação é um campo que surge a partir do movimento popular da América Latina. Ao analisarmos como os movimentos populares se relacionam com a interface, especialmente sob o viés da educação popular, encontramos neles características das “áreas de intervenção” da educomunicação apresentadas por Soares (2011), quais sejam: área da educação para a comunicação; área da expressão comunicativa através das artes; área da mediação tecnológica na educação; área da pedagogia da comunicação; área da gestão da comunicação; e área da reflexão epistemológica. Buscaremos identificar algumas delas no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria, Curitiba/PR) publicou, em 2006, o livro “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua”, resultado de um trabalho de pesquisa da italiana Mara Vallauri (já falecida à época da publicação), que relata a situação de meninos e meninas de rua em Curitiba e traz um capítulo escrito por Fernanda Baggio tratando sobre o Movimento Nacional.

Vallauri (2006) relata que no início da década de 1980 o frade carmelita Fernando Francisco de Góis começou a desenvolver na Vila Lindóia, periferia de Curitiba, um trabalho voltado para a juventude. Começou com um círculo bíblico e um grupo de jovens e foi, aos poucos, transformando-se na Comunidade Profeta Elias. Como o passar do tempo percebeu-se que as atividades desenvolvidas atendiam às necessidades da população jovem e adulta, enquanto as crianças tinham acesso apenas à educação formal. Para atender a esta demanda, a partir de fevereiro de 1985 os frades Fernando Góis e Euclides passaram a realizar projetos alternativos com crianças e adolescentes. “Foram promovidas atividades de apoio ao programa escolar e às manifestações culturais próprias da infância: laboratório de teatro, artesanato em cerâmica, desenhos e pinturas.” (VALLAURI, 2006, p. 240) Entre as atividades oferecidas a preferida pelas crianças era a experimentação teatral, especialmente o teatro de fantoches. As próprias crianças criavam as apresentações e transferiam para o teatro suas ideias e desejos. Eram elas que escolhiam os assuntos e as personagens, escreviam os diálogos e definiam o tipo de representação.



Figura 1 – Teatro de fantoches apresentado por meninos e meninas de rua

Em junho de 1985 o MNMMR era oficialmente criado em Brasília, durante sua 1ª Assembleia Nacional. Em 1986 a Comunidade Profeta Elias foi convidada a integrar o Movimento para tomar parte de reuniões e debates acerca da infância abandonada. Com o crescimento do trabalho da Comunidade e a grande número de crianças nas ruas de Curitiba decidiu-se comprar, no ano de 1991, uma chácara em Mandirituba, a sessenta quilômetros da capital. Meses depois nascia a “Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias” que, junto com outras organizações como a Associação Brasileira de Ajuda à Infância (ABAI), MAIS (de Torino, Itália), Comunidade de Mambre (Itália), Entraide et Fraternité (Bélgica) e Cefuria, concretizaria a construção do projeto da Chácara. A intenção inicial do projeto era a construção de um laboratório para aprendizagem de artesanato, mas as crianças pediram que fossem desenvolvidas atividades que oferecessem maior contato com a natureza (como a criação de galinhas e o plantio de feijão, mandioca, batata doce, milho e frutas). Antes mesmo da efetiva construção da Chácara, no período de junho a dezembro de 1992, foi elaborada a proposta sócio-pedagógica, vista como prioridade no planejamento de trabalho com crianças e adolescentes necessitados. Percebia-se a importância dada pela comunidade aos educadores:

Um vivo desejo entre as crianças é que se aumente o número de educadores no meio deles; o educador é aceito pelos menores como alguém capaz de estabelecer um vínculo afetivo e existencial, além de proporcionam um apoio constante na vida comunitária.

Já existem quatro casos de ex-meninos de rua que depois de terem participado de programas e cursos preparatórios, escolheram ser educadores na chácara, acompanhando os meninos na serigrafia, no teatro e outras atividades. (VALLAURI, 2006, p. 254)

Ainda em 1992 foi criado o jornal “Os meninos de Quatro Pinheiros”, com circulação trimensal. O jornal comunitário “foi um válido instrumento de integração entre a comunidade e as crianças, e um meio concreto de expressar ideias, sentimentos, emoções, sonhos e projetos.” (VALLAURI, 2006, p. 257)

Fernanda Baggio (2006) transcreve parte de um documento que traz o resultado das discussões realizadas em “oficinas pedagógicas” do 3º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1994. O documento fala sobre atividades culturais e de comunicação com finalidade educativa desenvolvidas com os meninos e meninas de rua em todo o país. As atividades eram iniciadas na rua e partiam para “espaços mais estruturados”, favorecendo o fortalecimento do MNMMR, propiciando a integração, percepção da força organizativa e de resistência e a amizade entre os meninos e meninas.

- capoeira: contribuir, entre outras coisas, com o espírito de respeito ao outro, de igualdade e resistência; com a busca da liberdade e o diálogo com o corpo e com o outro, através da movimentação e da música;

- rap: a música de protesto contribui para a organização, pois fala dos acontecimentos. Chama a rapaziada para se reunir, divulgando os pensamentos do grupo e a irresponsabilidade das autoridades. É um lazer e expressão dos sentimentos;

- teatro: a organização do teatro possibilita a maior percepção e vivência dos acontecimentos e dos sentimentos. Tira a timidez.

Outras ações que se destacam são as realizadas com barro, desenho, música, rádio, dança, artesanato, jornalzinho, futebol e atividades circenses. (BAGGIO, 2006, p. 412)



Figura 2 – Jovem filma colegas interagindo em oficina de teatro do MNMMR



Figura 3 – Crianças do MNMMR em oficina de música

As ações realizadas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, incluindo-se aí a atuação da Comunidade Profeta Elias, nos permitem estabelecer relações delas com algumas das áreas da educomunicação. Elas encontram lugar na *área de educação para a comunicação*, entendida por Soares (1999, p. 28)

...como o desenvolvimento, na educação formal e/ou não formal, presencial e/ou à distância, de ações voltadas para o estudo e a compreensão do lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação mediatizada, a participação e a modificação do modo de percepção que ela propicia, promovendo, em decorrência, o papel do trabalho criador, o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais.

É o que pode ser visto no relato sobre o rap, entendido como “um lazer e expressão dos sentimentos”, ou no teatro, que favorece “maior percepção e vivência dos acontecimentos e dos sentimentos” e “tira” a timidez. Ao mesmo tempo o teatro, o rap, a capoeira (vista no relatório como uma “busca da liberdade e o diálogo com o corpo”), o desenho, a música, a dança, o artesanato e as atividades circenses se relacionam com a *área da expressão comunicativa através das artes*, que “aproxima-se das práticas identificadas com a Arte-Educação, sempre que primordialmente voltadas para o potencial comunicativo da expressão artística” (SOARES, 2011, p. 47-48)



Figura 4 – Atividades circenses realizadas pelo MNMMR

A nosso ver, também podemos aproximar as ações educacionais desenvolvidas pelo MNMMR com a área da *gestão da comunicação*, que engloba “toda [a] ação voltada para o planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de intervenção social no espaço da inter-relação Comunicação/Cultura/Educação, criando ecossistemas comunicativos.” (SOARES, 1999, p. 65) Segundo Schaun (2002, p. 93)

o conceito de ecossistema comunicacional designa a organização do ambiente, a disponibilização de recursos, o *modus faciendi* dos indivíduos e grupos envolvidos e o conjunto de ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional. No caso, a família, a comunidade educativa ou uma emissora de rádio criam, respectivamente, ecossistemas comunicacionais. Os indivíduos e as instituições podem pertencer e atuar, simultaneamente, em distintos ecossistemas comunicacionais, uns exercendo influências sobre os outros.

Nesse sentido, ao planejarem suas ações (a exemplo da “proposta sócio-pedagógica” elaborada pela Comunidade Profeta Elias), reunirem recursos humanos e financeiros, executarem e avaliarem os processos educacionais, os movimentos populares (como o MNMMR) e as organizações sociais que se articulam com eles evidenciam a preocupação com a gestão da comunicação e a existência de ecossistemas comunicativos que se estabelecem na rua, nas associações de moradores, nos congressos e assembleias, nas manifestações, nas igrejas etc. Ou seja, as ações ultrapassam os limites do espaço escolar para utilizar outros ecossistemas comunicativos das comunidades.

Considerações Finais

Partindo do exemplo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) podemos perceber mais claramente nos movimentos populares que a relação entre eles e a educação se estabelece, principalmente, a partir de três áreas de intervenção: da educação para a comunicação (fundamentalmente nela, através de ações como a leitura crítica da mídia e produção de conteúdo), da expressão comunicativa através das artes e da gestão da comunicação. Neste último caso, a relação parece ser ainda mais evidente nas organizações sociais que se articulam com os

movimentos, possivelmente por elas captarem recursos públicos e/ou privados, ao contrário dos movimentos populares, que não necessariamente se configuram como pessoa jurídica (associação, instituto, fundação etc). Vimos que quando a Comunidade Profeta Elias e o MNMMR construíram a Chácara houve organizações que contribuíram para que o projeto se concretizasse.

Por fim, e para fazer constar uma crítica cuja intenção é “provocar” os educadores populares (ou educomunicadores) que militam nos movimentos populares, percebe-se a falta de uma maior interação de tais movimentos com a área da reflexão epistemológica, dedicada “à sistematização de experiências e ao estudo do próprio fenômeno constituído pela inter-relação entre educação e comunicação, mantendo atenção especial à coerência entre teoria e prática.” (SOARES, 2011, p. 48) Se o campo da educomunicação ganha consistência a partir dos movimentos na América Latina, também a partir deles deveria haver um número maior de “pesquisadores militantes” preocupados não apenas com a prática dos processos educomunicativos e sua gestão, mas também com a reflexão sobre a prática. Se durante o exílio no Chile, em 1965, Paulo Freire, defensor de uma pedagogia libertadora, já relacionava comunicação e educação, por que os movimentos populares não aprofundaram esta reflexão, que no Brasil ganhou força com a pesquisa desenvolvida no final dos anos 1990 pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP?

Se levarmos em conta o grande número de movimentos populares que existiram no Brasil desde 1500 podemos pensar que há uma enorme riqueza de experiências que ainda não foram sistematizadas, e que podem gerar um conhecimento que beneficiará os campos da comunicação, da educação e da educomunicação e permitirá aos próprios movimentos populares refletirem sobre sua própria prática.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Fernanda. **Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua no Paraná**. In: VALLAURI, Mara. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006, cap. 3, p. 391-412.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais. In: SHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo José (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CITTELLI, Adilson. **Comunicação e Educação: A linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 2000.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais na atualidade**: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. Cap. 1, p. 13-31.

MOREIRA, Anderson Luiz. **Comunicação e Educação nos Movimentos Populares**: a perspectiva da Educação Popular. Anais do XII Congresso de Comunicação da Região Sul, 26 a 28 de maio de 2011, [recurso eletrônico]: quem tem medo da pesquisa empírica? / organizado por Nélia Rodrigues Del Bianco, Maria do Carmo Silva Barbosa e Zilda Aparecida Freitas de Andrade. São Paulo: Intercom, 2011.

PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

_____. **Relações públicas nos movimentos populares**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/relacoescomospublicos/0135.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2003.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação**: Reflexões e Princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais.** Revista Contato, Brasília, ano 1, n. 2, p. 19-74, jan./mar., 1999.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Ana Inês. **Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba:** Um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual. Dissertação de Mestrado em Educação e Trabalho. Curitiba: UFPR, 2003. Disponível em: <www.cefuria.org.br/educ_pop_mov_sociais_ana_ines.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011.

VALLAURI, Mara. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.** Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.